

O ESTADO DE S. PAULO

As universidades paulistas e a autonomia

* JOSÉ GOLDEMBERG

“As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”
Artigo 207 da Constituição federal

A USP tem, no sistema universitário brasileiro, o mesmo papel que as “grandes escolas” criadas na França após a Revolução de 1789, como a Escola Normal Superior e a Escola Politécnica, que formam até hoje os principais quadros técnicos, gerenciais e intelectuais que dirigem aquele país. Existem mais de cem universidades federais no Brasil, mas cerca de 23% da produção científica nacional se origina na USP. Crises nessa universidade são, portanto, de interesse de toda a sociedade.

A crise atual, decorrente de descontrole financeiro na USP, na Unicamp e na Unesp, só pode ser entendida analisando o que ocorreu em 1988, quando a autonomia de gestão financeira e administrativa foi adotada no Estado de São Paulo. Até então o orçamento das universidades era fixado no orçamento-geral do Estado de uma forma que variava com os ventos políticos do momento. Governadores mais esclarecidos, como Carvalho Pinto, entenderam o papel que elas tinham no desenvolvimento paulista, enquanto outros, como Jânio Quadros, simplesmente as ignoravam.

As carreiras administrativas e técnicas das universidades eram sujeitas, na época, às mesmas regras das carreiras do Estado e qualquer modificação passava por órgãos externos a elas. Contratações, nomeações e viagens internacionais tinham de ser aprovadas pelo próprio governador. Como os orçamentos fixados no início do ano eram insuficientes – sobretudo por causa da inflação vigente –, era necessário negociar com o governo, o tempo todo, recursos adicionais (suplementações), cujo sucesso dependia de relações pessoais e políticas. A autonomia de gestão era mera ilusão.

Os reitores da USP, da Unicamp e da Unesp conseguiram em 1988 que o orçamento das universidades fosse fixado como uma parcela fixa do ICMS

e a gestão desses recursos seria feita, daí em diante, pelos próprios reitores. As universidades tornaram-se, então, responsáveis pelo uso dos recursos públicos, o que corresponde a um crédito de confiança, da parte do governo, de que elas o fariam com responsabilidade.

Havia na época um entendimento implícito de que os gastos com pessoal não ultrapassariam 80% dos recursos totais. Foi o que ocorreu com sucesso durante cerca de 20 anos, com pequenos ajustes e correções. Sucede que a partir de 2009, no caso da USP, um conjunto de bondades e liberalidades salariais elevou esses gastos, comprometendo mais de 100% do orçamento. Os salários do pessoal técnico e administrativo fo-

Como resolver a crise financeira? Recorrer ao governo e voltar à situação anterior a 1988?

ram aumentados em 73% de 2009 a 2013, em média, índice muito superior à inflação. Como isso pôde acontecer é objeto de uma auditoria criada pelo atual reitor.

Como se pode esperar que uma universidade funcione sem reservar ao menos uma parcela de seus recursos para a manutenção e o apoio a pesquisas?

A USP não tem como dar aumento algum até que reequilibre suas finanças. O reitor Marco Antonio Zago explicou bem o problema logo após tomar posse, o que não impediu que algumas unidades entrassem parcialmente em greve, estimuladas por interesses corporativistas e políticos de alguns grupos.

Greves têm sido comuns nas universidades públicas brasileiras, às vezes com reivindicações esdrúxulas como protesto contra as “políticas de fundo neoliberal sempre em curso no Brasil”, entre outras. Elas podem caber muito bem no ideal de partidos políticos, mas o que têm que ver com a irresponsabilidade no emprego dos recursos públicos?

Boa parte das unidades da USP e muitos docentes não participam desses movimentos grevistas porque reconhecem que prejudicados são os seus alunos e a sociedade em geral. Vandalismo no patrimônio público e na pesquisa, como ocor-

reu no ano passado, lembra a queima de ônibus em linhas da periferia como protesto contra o mau serviço, que só se torna pior quando se destroem esses coletivos. Piquetes que levam ao fechamento de “bandejeões” não prejudicam os estudantes mais ricos, mas justamente os mais pobres.

A universidade não tem patrões e proletariado oprimido, como imaginam alguns. Ela é autônoma, mas tem de viver dentro dos seus recursos. Esse é o problema do momento. Como reequilibrar o orçamento da USP sem que ela perca a autonomia de gestão financeira e administrativa?

Um problema de gestão – que não ocorreu durante 20 anos – está sendo usado agora para desqualificar a USP e deslegitimar a universidade pública no País em geral, fazendo até surgirem propostas de extinção do ensino gratuito.

O que cabe à direção da universidade, no momento, é expor com clareza a situação financeira real – o que o reitor Zago já fez – e quais as alternativas realistas para resolvê-la. Há outras opções para evitar aumento zero nos salários? Demissões? Suspensão de atividades essenciais? Férias coletivas? Os docentes e funcionários que preferem o caminho da greve devem também propor alternativas.

Uma opção é voltar ao governo e pedir aumento da fração do orçamento estadual alocado às universidades. Essa solução nos levaria de volta à situação anterior a 1988 e é pouco provável que o governo atenda a pedidos de maior dotação que não sejam destinados à expansão das vagas, excluindo aumento de salários.

O mínimo que as universidades poderiam fazer para evitar isso é fixar um percentual destinado a salários inferior a 100% antes de partirem para novas reivindicações. E, finalmente, os diretores das unidades realmente comprometidas com a qualidade de ensino e pesquisa da USP deveriam manifestar-se em defesa da instituição.

* PROFESSOR EMÉRITO DA USP E EX-REITOR (1986-1990), FOI MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Democracia e impunidade

* DENIS LERRER ROSENFELD

Estados democráticos são os que se caracterizam pela observância das leis, pela segurança jurídica e física de seus cidadãos, preservando a ordem pública toda vez que ela for perturbada. Não há neles, nem deve haver, nenhum tipo de tolerância com o crime, pois este nada mais é do que o germe de conturbações futuras.

No Brasil desenvolveu-se extrema complacência com a insegurança, física e jurídica, com os crimes em geral, ainda mais quando estes se apresentam com uma roupagem social. Crimes “sociais”, de certa maneira, não seriam crimes, mas atos de “resistência”, ou seja lá que outra bobagem for.

O problema maior com esse tipo de complacência está em que as instituições vão sendo progressivamente enfraquecidas, como se tivessem de conviver com atos que as desestabilizam e, muitas vezes, as reduzem a mera encenação. Instituições que convivem com “movimentos sociais” e outros que as desrespeitam estão fadadas a ser coadjuvantes de um jogo que as ultrapassa.

Convivemos com uma leniência tanto em relação aos delitos propriamente penais quanto aos crimes, digamos, sociais, como se, em última análise, tudo fosse social. Ora se tudo é “social”, deveríamos aceitar e mesmo justificar que as instituições democráticas sejam debilitadas. Criam-se, assim, formas de subversão da democracia por meio de um discurso que se diz democrático. O “social” é instrumentalizado visando a enfraquecer a própria democracia.

A greve dos metroviários e a invasão de uma propriedade urbana pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em São Paulo são emblemáticas, por terem posto a nu tudo o que está em jogo. Antes delas, tivemos em várias cidades movimentos do mesmo tipo, com atos de vandalismo, como os dos rodoviários no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

O movimento paredista dos metroviários está se esvaindo graças à falta de sustentação popular e a atitudes firmes da Justiça do Trabalho e do governador Geraldo Alckmin. Os infratores das leis estão sendo tratados como tal, devendo, portan-

to, arcar com as consequências de seus atos. Porque conviver com greves em que não há punições nem desconto dos dias parados é como conceder uma espécie de férias remuneradas.

Mais concretamente, nesse caso estaríamos diante de flagrante impunidade, como se fosse possível tudo fazer, até mesmo desrespeitar as leis, e posteriormente tudo ser acomodado por uma negociação “política”. Ora, a política que transige com o crime não é “política”, é criminosa, por aceitar como lícitos e justificáveis atos criminosos.

A Justiça do Trabalho tomou uma atitude de absoluto respeito às leis ao bloquear as contas do Sindicato dos Metroviários para o pagamento de multas estipuladas e das quais ele tinha prévio conhecimento. A greve fora declarada abusiva e o sindicato decidiu simplesmente desrespeitar a Justiça, como se a lei a ele não se aplicasse. A afronta foi total. De fato, ela é o produto de uma longa impunidade, em que multas foram suspensas em troca da “volta à normalidade”. O anormal tornou-se “normal” em nome de uma democracia que foi desconsiderada.

Enquanto os sindicatos e os ditos movimentos sociais não respeitarem a lei, crendo ser o crime uma forma de ato político, as instituições democráticas terão dificuldades de se fortale-

A leniência com o MTST em São Paulo abre as portas para invasões nas demais cidades do País

cer entre nós. Espera-se que a própria Justiça honre a sua decisão e não volte atrás, pois, se voltar, o seu recuo significa o recuo mesmo do império da lei.

O governador Alckmin, corretamente, decidiu pela demissão de sindicalistas e outros que partiram para o vandalismo, a depredação e as mais distintas formas de desrespeito à lei. Cabe, sim, aos governantes mostrar que as instituições devem ser respeitadas e a lei tem de ser obedecida, sem nenhuma exceção. Essa é, aliás, a única forma de coibir novas manifestações desse tipo no futuro. Espera-se, igualmente, do governador que não haja recuo.

Tratamento diferente teve o MTST, que nada mais é do que o braço urbano do MST, cujo obje-

tivo, declarado em todos os seus textos e manifestos, consiste na supressão da economia de mercado, do direito de propriedade e do próprio Estado Democrático de Direito. Tem como finalidade subverter a democracia por meios democráticos, instaurando entre nós um Estado bolivariano, sendo Cuba e Venezuela seus modelos. Cartilhas para crianças, por exemplo, exibem fotos de Che Guevara em todas as suas páginas.

Transferindo para as cidades a tática de invasões usada no meio rural, o movimento ocupou uma área privada na cidade de São Paulo, próxima ao Itaqueirão. Foi tratado com extrema compreensão. Desenvolveu, seja dito de passagem, uma campanha bem-sucedida perante a opinião pública e tornou a sua causa simpática, como se lutasse por “moradia popular”.

Note-se que há uma lei no País, estranhamente não seguida, que impede a desapropriação de áreas invadidas. Ora, é isso precisamente que está acontecendo. O desrespeito à lei está sendo premiado. Outras exigências estão sendo apresentadas para modificar a própria legislação do Município. Negociações “políticas” estão sendo estabelecidas, com a política servindo novamente para justificar o crime, sobretudo se a sua roupagem for “social”.

Houve a promessa de desapropriação da área, como se o direito de propriedade pudesse ser liminarmente desconsiderado. Já há também promessas de edificação de moradias para os militantes do MTST, fazendo com que verdadeiros trabalhadores sejam preteridos. Em nome dos trabalhadores, trabalhadores são relegados a segundo plano. A moeda de troca foi não haver manifestações na Copa do Mundo da Fifa. Tratado feito, a impunidade foi assegurada e o crime, recompensado.

A situação é extremamente perigosa, pois nada mais é do que o prenúncio de novas invasões nas demais cidades brasileiras, que certamente se multiplicarão depois da Copa e no próximo ano. As portas foram abertas para outras invasões, agora em áreas urbanas.

* PROFESSOR DE FILOSOFIA NA UFRGS. EMAIL: DENISROSENFELD@TERRA.COM.BR

Fórum dos Leitores

VAIAS E XINGAMENTOS Arrogância inabalável

Mesmo tendo passado aquele lamentável constrangimento no Itaqueirão e se acovardado na cerimônia de abertura da Copa, a sra. Dilma Rousseff segue arrogante e diz que não se abalou. Então, a sra. Dilma compareça às outras arenas em outros jogos e leve junto seu chefe, de vez que foi ele que trouxe esse evento para cá e seu governo é o responsável pelos gastos. Mostrem a cara.

ADEMAR MONTEIRO DE MORAES ammoreas57@hotmail.com
São Paulo

Dilma diz...

Apesar de afirmar que não se intimidará com os xingamentos, não discursou e o seu tutor nem sequer apareceu. *Ella talvez seja a única chefe de nação a não proceder à abertura oral dos jogos.*

IRACEMA M. OLIVEIRA

mandarino-oliveira@uol.com.br
Praia Grande

Imagina em outubro

De fato, se a sra. Dilma não se intimidada, por que não discursou na abertura da Copa? Lula chama-nos de cretinos, babacas, cana-lhas e nos manda andar de jumento, enquanto ele anda de helicóptero. A sra. Dilma nos chama de pessimistas e derrotados. Tanto ele quanto ela deveriam estar na Linha Azul do Metrô sexta-feira às 6 da tarde! Espere até outubro e verá o que é a coragem de um povo que ama a liberdade, a justiça e a verdade.

LOURDES MIGLIAVACCA lourdesmigliavacca@yahoo.com
São Paulo

Lição de democracia

“Nos jogos de futebol vaia-se até minuto de silêncio”, diz o ditado. Entretanto, foi profunda-

mente lamentável o comportamento da torcida ofendendo a presidente da República. Não menos infeliz foi a reação dela, ao lembrar seu “glorioso e heroico passado” como guerrilheira e terrorista. Já o ex-presidente voltou à velha e repisada cantilena dele, acusando “as elites” pela grosseria, quando a falta de educação não é privilégio de nenhuma classe social. Lição de democracia deu-nos o ex-presidente Juscelino Kubitschek quando, depois de ser vaiado em evento público, disse: “Feliz o povo que pode vaiar seu presidente”.

LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZA zam@uol.com.br
São Paulo

Na Copa não cola

Dilma cita “nossa Copa”. É bom lembrá-la de que a Copa é primeiramente do povo brasileiro e ela não pode contar vantagem política pela ineficiência da organização nem se fazer de vítima e

chamar a torcida de elite. É bom lembrá-la ainda de que ela é a extrema elite vivendo numa redoma de vidro. A maquiagem não funcionou, o povo sabe que de vítimas ela e *Lulla* não têm nada. Muitos sofreram na ditadura, isso torna ninguém herói nem deve ser explorado em campanhas políticas. Olhemos pra frente!

MARCELO H. PYLYPCIW SIMONI marcelosimoni@hotmail.com
São Paulo

Lula e a educação

“Educação se aprende dentro de casa”, frase de Lula da Silva. É só ler o livro *Viagens com o Presidente* para comprovar que ele não aproveitou as lições recebidas. Certas passagens nos deixam, como brasileiros, muito constrangidos. Frei Betto tem razão ao dizer que o poder mostrou a face real de Lula. Ele nada assimilou da convivência com pessoas de bom nível cultural, nos ambientes onde o respeito é essencial

ao convívio, quanto à importância, ao sentido e à finalidade das palavras antes de pronunciá-las. Por isso, cobrar dos outros as virtudes que não temos é leviandade. Mas querer isso de Lula é esperar muito. Como escreveu João Ubaldo Ribeiro, para o *Inácio* isso ainda é o prefácio.

FÁBIO HADDAD fabhaddad@ig.com.br
Campinas

Ódio de classes

“A elite está conseguindo o que nunca conseguimos: despertar o ódio de classes”, palavras de *Lulla* (14/6, A1 e A4). Ou seja, finalmente ele confessa que o seu PT tenta estabelecer no Brasil o regime comunista baseado na “luta de classes”. Onde está o “Lullinha paz e amor”? O ex-presidente, assim, confessa também o engodo dos marqueteiros petistas, que passam contos do vigário em todos os brasileiros. Agora é imprescindível que a verdadeira

carta do PT seja publicada bem antes das eleições, para conhecimento tanto dos eleitores quanto dos partidos que apoiam a candidata “presidenta”.

SUELY MANDELBAUM suely.m@terra.com.br
São Paulo

Sim, Lula, o “ódio de classes” está despertando no País. Ódio entre a classe que quer trabalhar pelo Brasil e a que quer que o Brasil trabalhe por ela. Eu, orgulhosamente, me incluo na primeira!

LUIS C. DO CANTO PEREIRA JR. luiz.canto.jr@gmail.com
São Paulo

Guerra de secessão?

O ex-presidente *Lulla* (com dois eles para não ofender o animalzinho) mais uma vez incita a divisão de classes. O que quer o *doutor horroris causa*? Uma guerra de secessão no Brasil? Dividir